

Índice

1 – Enquadramento legal	2
2 – Introdução	4
2.1. Destques de Investimentos (por Objetivos)	17
2 - As Grandes Opções do Plano	25
2.1 PPI - Plano Plurianual de Investimentos	27
2.2 Investimentos no ano de 2014 (Destques)	30
3 Orçamento para o ano de 2014	32
3.1 Orçamento da Receita para 2014	32
3.2 Orçamento da Despesa para 2014	35
4 Recursos Humanos	36
4.1 Mapa de Pessoal para 2014	38
4.2 - Atribuições, Competências e Atividades	60
5 - Mapas	60
5.1 – GOP – Grandes Opções do Plano	1
5.2 - PPI – Plano Plurianual de Investimentos	2
5.3 - Actividades Mais Relevantes	3
5.4 - Orçamento da Receita e da Despesa	4
5.4.1 - Orçamento - Mapa RESUMO	5
5.4.2- Orçamento da Despesa por Orgânica	6
5.4.3 - Orçamento da Despesa por Económica	7
5.4.4 – Resumo do Orçamento por Capítulo	8
5.4.5 – Orçamento para 2014 (valor em GOP e Extra-GOP)	9

1 – Enquadramento legal

Dando cumprimento à alínea c) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é competência da Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento.

De acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), instituído pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, «os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento»;

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cuja data de entrada em vigor é a 1 de janeiro de 2014, e que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, vem revogar a Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, introduzindo-se alterações consideráveis no regime financeiro das autarquias.

Este mesmo diploma vem revogar, igualmente, o Decreto-Lei nº 38/2008 de 07 de Março que densifica as regras referentes aos regimes jurídicos do saneamento financeiro municipal e do reequilíbrio financeiro municipal, previstos nos artigos 40º e 41º da Lei das Finanças Locais, consubstanciando-se em alterações consideráveis face ao diploma que agora é revogado.

E que a Lei 12- A/ 2010, de 30 de Junho, e ulteriores alterações, aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública.

Considerando ainda que, a 1 de Março de 2008, entrou também em vigor a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a qual define e regula os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, remete-se, por isso, para o ponto respetivo no que respeita aos Recursos Humanos.

2 – Introdução

Os documentos previsionais, que aqui se apresentam, contêm as Grandes Opções do Plano, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos, referente aos anos de 2014 a 2017, e as atividades mais relevantes da gestão autárquica. Contêm, ainda, o Orçamento para o ano de 2014, com os respetivos Mapas de Receitas e Mapas de Despesas, assim como o Mapa Resumo. Conforme previsto legalmente, o Orçamento vem também acompanhado do respetivo Mapa de Pessoal.

Os documentos previsionais, apresentados para o primeiro ano de um novo mandato, assente num projeto de continuidade, refletem o resultado do trabalho desenvolvido para colocar as contas da autarquia numa situação de maior sustentabilidade económico-financeira, só possível com o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado no anterior mandato e em curso na sua aplicação, em simultâneo com uma gestão rigorosa e com uma constante atitude de contenção da despesa. Este esforço acentua-se com a diminuição das transferências previstas no OE 2014 para as autarquias.

A análise e avaliação dos documentos comprovam que o atual executivo tem mantido um rumo bem definido, com clara identificação dos projetos estruturantes para o concelho, cuja concretização é muito condicionada pelos compromissos ainda existentes sobretudo com as instituições financeiras, ao que acresce a atual conjuntura nacional e as exigências do cumprimento do Plano de Saneamento assumido.

Para o período referenciado de quatro anos e considerando ser este o primeiro ano desse período, destacamos as seguintes linhas de orientação em termos plurianuais:

UM MUNICÍPIO QUE GARANTE O RIGOR DA GESTÃO AUTÁRQUICA

- Manter a avaliação rigorosa sobre a **situação económico - financeira da autarquia**, com total apuramento e controlo de endividamento e total conferência atempada de documentos;

É importante ter presente a evolução do passivo da autarquia, que em dezembro de 2009 era de **19 795 832,95** euros e que a previsão para Dezembro de 2013 ficará abaixo dos **15.000.000,00** euros.

- Assumir a importância de manter as **contas autárquicas em ordem** com um controlo diário das despesas correntes e das receitas, garantindo um percurso de **credibilização da autarquia** face às várias entidades externas;
- Monitorizar o **Plano de Saneamento Financeiro**, estando definidos responsáveis pelo acompanhamento de cada uma das medidas;
- Continuar a **reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores**, que a 31 de dezembro de 2009 era de 260 dias, e no final do terceiro trimestre de 2013 se situa nos 21 dias;
- Garantir a monitorização ao **Plano Municipal de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**;
- Atualizar as **Normas de Controlo Interno**;
- Atualizar o **Regulamento Municipal de Taxas e Licenças** e outros Regulamentos que se considerem necessários face a alterações legislativas;
- Certificar as contas do Município com o **Revisor Oficial de Contas**, indo ao encontro das exigências legais;

UM MUNICÍPIO COM PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Assumir o planeamento estratégico e o ordenamento do território como grandes prioridades:

- Conclusão do processo de revisão do PDM – Plano Diretor Municipal;
- Planeamento da área logística e empresarial junto ao nó da A1 com a A23;
- Definição da Estratégia 2014-2020 do concelho, face ao enquadramento regional, nacional e europeu.

UM MUNICÍPIO PARA TODAS AS FREGUESIAS

- Assegurar que as relações entre a Câmara e as Juntas/Uniãos de Freguesia, continuam a assentar na **proximidade** entre eleitos, na **transparência** e na **equidade** e manter a boa relação existente, quer do ponto de vista institucional quer do ponto de vista financeiro;
- Promover os **acordos de execução** previstos na legislação em vigor e que vêm substituir os atuais Protocolos de Delegação de Competências entre a Câmara de Alcanena e cada uma das Juntas/Uniãos de Freguesia – passeios, valetas, caminhos, espaços verdes e arranjos em equipamentos escolares do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Promover com cada uma das Juntas/Uniãos de Freguesia, a participação na elaboração dos **Documentos Previsionais**, pretendendo contribuir para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável dos cidadãos nos processos de governação local;

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

- Reforçar a **Rede Social** para que, com todos os parceiros, haja uma permanente sinalização e avaliação de situações familiares mais críticas;
- Reforçar o **Atendimento Social** em todas as Freguesias, com visitas regulares às IPSS's e a agregados familiares mais carenciados, continuando a insistir na importância do atendimento e acompanhamento social integrado em colaboração com a Segurança Social;
- Continuar a valorizar o papel e a intervenção da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**, reforçando o apoio na área da psicologia;
- Realizar anualmente o **Fórum de Recursos Sociais** do concelho de Alcanena, para valorização da Rede Social e projetos em curso;
- Lançar nova edição, atualizada, do **Guia dos Recursos Sociais** do concelho de Alcanena;
- Continuar a dinamizar a **Academia Sénior** em parceria com a ARPICA;
- Reforçar o **Projeto HelpPhone** – Teleassistência junto dos mais desfavorecidos e isolados, de acordo com as sinalizações que forem efetuadas;
- Colocar em pleno funcionamento o **Banco do Voluntariado** e o **Banco dos Recursos Sociais**;
- Promover as atividades físicas nas IPSS's que continuam a aceitar esta oferta;
- Reforçar a dinâmica do **Gabinete de Inserção Profissional – GIP**, através de maior contato com a realidade empresarial do concelho. O Contrato de Objetivos, assinado entre o Município e o Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Torres Novas, formaliza as atividades contratualizadas, os direitos, deveres e obrigações de cada uma das partes. O

principal objetivo é dar o nosso contributo para promover a inserção profissional e para apoiar todos os que se encontrem desempregados no concelho de Alcanena;

- Continuar a executar obras de requalificação nas casas de **Habitação Social** e a atribuir casas de habitação social a agregados mais carenciados;
- Manter a realização das várias atividades promovidas;
- Manter a disponibilidade para construir o Lar para Pessoas com Deficiência no Concelho de Alcanena, projeto a promover pelo Centro de Reabilitação e Integração Torrejano – CRIT, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Alcanena;
- Apoiar a construção dos equipamentos sociais em construção em Minde e na Serra de Santo António.
- Dinamizar a criação das Comissões Sociais de Freguesia.

UM MUNICÍPIO AO SERVIÇO DOS MUNÍCIPES

- Dar continuidade ao processo de **reorganização dos serviços municipais** iniciado e rever o respetivo regulamento da organização dos serviços;
- Promover a certificação da qualidade dos serviços;
- Concretizar as medidas intersetoriais e municipais no âmbito da adesão ao *Programa Simplex Autárquico*;
- Implementar os projetos no âmbito da Modernização Administrativa;
- Lançar novo Site Autárquico;
- Reforçar a informação e a comunicação da autarquia;
- Alargar horário de atendimento ao Município.

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE A REQUALIFICAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO

- Concluir as vistorias a todas as situações de edifícios em ruínas e/ou avançado estado de degradação;
- Reforçar o controlo diário na recolha dos resíduos sólidos urbanos e na limpeza das ruas, insistindo também na fiscalização da incorreta deposição dos vários tipos de resíduos;
- Definir áreas de Reabilitação urbana;
- Requalificar as áreas de recreio, lazer e parques infantis.

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE A ACESSIBILIDADE E A MOBILIDADE PARA TODOS

- Concluir a elaboração do **Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade e da Mobilidade no âmbito do Programa RAMPA**;
- Continuar o processo de requalificação da rede viária municipal;
- Avaliar a gestão do trânsito na área do município através da **Comissão Municipal de Trânsito**.

UM MUNICÍPIO QUE ASSUME UMA POLÍTICA JOVEM

- Dinamizar o **Conselho Municipal de Juventude**;
- Realizar anualmente o **Fórum da Juventude** e outras iniciativas juvenis;
- **Apoiar o Associativismo Juvenil**;

- Promover a realização de Estágios Profissionais a Jovens Licenciados;
- Reforçar o apoio aos Jovens Universitários do Concelho de Alcanena;
- Promover o Empreendedorismo Jovem.

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE A IGUALDADE DE GÉNERO

- Manter atualizado e dinamizar com planos de atividades anuais, o **Plano Municipal para a Igualdade**;
- Dinamizar o Gabinete para a Igualdade e Cidadania.

UM MUNICÍPIO QUE ASSUME A DEFESA DO CONSUMIDOR

- Promover a realização de ações de sensibilização e de informação para a defesa do consumidor.

UM MUNICÍPIO QUE ASSUME AS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

- Manter o processo de requalificação e manutenção de todos os equipamentos escolares, com vista ao bom funcionamento do ano letivo;
- Procurar garantir a definição do Ministério da Educação quanto à requalificação e ampliação da Escola Secundária para que a autarquia possa concretizar os Centros Escolares;
- Atualizar a Carta Educativa;
- Garantir a qualidade do fornecimento das refeições escolares;
- Manter as atividades de enriquecimento curricular, apesar do desinvestimento do Ministério da Educação;

- Manter a adesão ao Programa da «Fruta Escolar»;
- Disponibilizar os recursos técnicos e humanos em articulação com as escolas, apoiando o seu funcionamento e a concretização dos respetivos projetos educativos;
- Promover a troca de manuais escolares, no âmbito do Banco de Recursos Sociais, através de uma iniciativa da Câmara Municipal e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Alcanena;
- Reforçar o **Apoio Extraordinário aos Alunos** do Ensino Superior;

UM MUNICÍPIO QUE ASSUME A SAÚDE

- Continuar a assumir um papel ativo junto do Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Serra D'Aire, no acompanhamento e defesa dos serviços de saúde nos Municípios que integram o ACES e junto do Centro Hospitalar do Médio Tejo;
- Continuar a reforçar a importância de uma candidatura a Unidades Móveis de Saúde.
- Apoiar o funcionamento do Posto de Emergência Médica do INEM

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE A CULTURA, O DESPORTO E O LAZER

- Assinalar a **Comemoração do Centenário da Criação do Concelho de Alcanena**;
- Promover a agenda cultural, desportiva e social *Alcanena- Eventos em Rede*;
- Valorizar o mérito através do evento *Gala Novos Talentos, Talentos Novos*;

- Colaborar na dinamização das festas populares que decorrem pelas diversas freguesias do concelho de Alcanena;
- Criar e implementar a **Rede Municipal de Percursos Pedestres**, que visa a criação de uma rede de percursos, nomeadamente, percursos pedestres, de BTT, de orientação;
- Proceder a intervenções de requalificação e de manutenção do espaço envolvente às nascentes do Alviela, Praia Fluvial e Parque de Campismo dos Olhos de Água;
- Garantir uma programação regular no **Cine Teatro S. Pedro**;
- Garantir planeamento de atividades regulares nos espaços culturais;
- Garantir a requalificação e manutenção dos diversos equipamentos desportivos, nomeadamente as Piscinas, os Pavilhões Gimnodesportivos, Campo de Ténis e Estádio Municipal;

UM MUNICÍPIO QUE APOIA O ASSOCIATIVISMO

- **Dinamização do Conselho Municipal do Associativismo Local** para acompanhar as políticas de apoio e de valorização do Associativismo;
- Manter a realização anual do **Fórum do Associativismo Local**,
- Envolver todas as Associações na elaboração e na realização da **Programação Cultural e Desportiva do Concelho**;
- Disponibilizar recursos técnicos, humanos e logísticos para apoiar todas as associações do nosso concelho;
- Manter os apoios financeiros às Associações;

UM MUNICÍPIO QUE VALORIZA A PROTEÇÃO CIVIL

- Manter a Equipa de Sapadores Florestais SF11-16C com o respetivo veículo de intervenção primária, garantindo atividades de limpeza de matos e de prevenção na luta contra incêndios;
- Manter o protocolo com a Associação de Produtores Florestais do Oeste e com as Juntas de Freguesia do Espinheiro e do Arneiro das Milhariças;
- Integrar jovens no regime da Ocupação de Tempos Livres, com o objetivo de promover a vigilância fixa no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Apoiar a atividade da Liga dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena;
- Apoiar os Bombeiros Voluntários de Minde;
- Dinamizar a **Comissão Municipal de Defesa da Floresta** e a **Comissão Municipal de Proteção Civil**;
- Reforçar a parceria com o GIPS – **Grupo de Intervenção Proteção e Socorro**.

UM MUNICÍPIO QUE QUER MAIS SEGURANÇA E JUSTIÇA

- Disponibilizar toda a colaboração com a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna para a construção do **Quartel da GNR**;
- Continuar a defender o **Tribunal de Alcanena**, tendo manifestado ao Ministério da Justiça empenho em colaborar na melhoria das condições do edifício;
- Dinamizar o **Conselho Municipal de Segurança**.

UM MUNICÍPIO QUE VALORIZA O AMBIENTE

- Garantir o enquadramento do apoio para as obras necessárias para a resolução do **problema ambiental em Alcanena**, que se tem vindo a arrastar há anos.
- Apoio à dinamização do CCVA – Centro Ciência Viva do Alviela;
- Desenvolver um plano de eficiência energética para os edifícios municipais com a Agência Médio Tejo XXI;
- Reforçar a rede de saneamento básico e de distribuição de água;
- Avaliar contratos de prestação de serviços e de concessão.

UM MUNICÍPIO QUE VALORIZA O SEU PATRIMÓNIO

- Valorizar e divulgar o património arquitetónico, paisagístico e religioso;
- Valorização do Polje de Minde e do Olho da Maria Paula em Vila Moreira;
- Avaliar protocolo com EPAL para requalificação e utilização do património existente.
- Promover o artesanato local;
- Promover a gastronomia local;
- Dinamizar o projeto do Museu do Curtume.

UM MUNICÍPIO QUE PROMOVE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Reforçar a cooperação com o Município do Sal, no âmbito do Acordo de Geminação, celebrado em 2005. Tendo como horizonte o estabelecimento de novos projetos de cooperação nas áreas do ambiente, do desenvolvimento económico e da formação profissional, bem como promover plataformas de cooperação entre instituições locais das duas comunidades, ao nível cultural, social e educativo, a Câmara Municipal, em estreita articulação com a ADIRN, tem, também, dinamizado diversas ações no terreno, com o objetivo de promover, em Cabo Verde, os produtos locais e de abrir novas oportunidades de mercado, para além dos apoios já concedidos.
- Avaliar o estabelecimento de novos acordos de cooperação nomeadamente com França e com Itália.

Com as Grandes Opções do Plano (GOP 2014-2017), o executivo continua a ter como preocupação central o compromisso de garantir uma gestão autárquica responsável e rigorosa, considerando ser esse o único caminho da sua credibilização perante entidades externas. Além disso, só assim será possível viabilizar a concretização das linhas estratégicas que definimos para o desenvolvimento sustentado do município de Alcanena, valorizando a nossa ação económica e social, tendo como meta o reforço da nossa coesão e competitividade territorial e a consequente afirmação no espaço regional e nacional, considerando o grande desafio da Estratégia 2014-2020 e o enquadramento do próximo Quadro Estratégico Comum.

Assume-se, ainda, que a autarquia deve ser um polo dinamizador do progresso e do desenvolvimento local, ao nível socioeconómico, promovendo a coesão territorial, social e cultural, a requalificação do seu território e a valorização ambiental, melhorando a qualidade de vida das suas populações.

Continuamos a pautar as nossas decisões e intervenções por uma gestão rigorosa e com o máximo de empenho e de trabalho na procura de soluções que permitam ultrapassar a situação que enfrentamos, aos níveis local, nacional e internacional.

Continua a ser, pois, com determinação que pretendemos concretizar o objetivo que assumimos no dia-a-dia no exercício das nossas funções. Apesar de todos os constrangimentos financeiros que inviabilizam e dificultam a nossa missão – servir os munícipes - continuamos juntos a construir um futuro de progresso e de desenvolvimento sustentado para o concelho de Alcanena.

2.1. Destaques de Investimentos (por Objetivos)

Estas grandes áreas são garantidas na sua execução, tendo por base os projetos e ações do Plano para o período 2014-2017, dos quais se destacam alguns daqueles que, na nossa opinião, têm uma importância maior para o desenvolvimento estratégico do Município, tendo também em consideração o valor já realizado até 1 de Outubro de 2013.

No Capítulo da Administração Geral:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2004-2017 – Transferências para a CIMT	€ 543.026
2006-2017 – Quotizações	€ 180.167
2010-2017 – Equipamentos para Edifícios Municipais	€ 421.160
2010-2017 - Viaturas e Material de transporte	€ 62.289
2010-2017 – Vídeo Vigilância de Edifícios Municipais	€ 56.100
2010-2017 – Imóveis – Reparações e Conservações	€ 226.412
2010-2017 -Aquisição de Viaturas	€ 102.300
2010-2017 – Boletim Municipal	€ 41.954
2010-2017 - Armazém Municipal	€ 39.036
2010-2015 – Estágios Profissionais	€ 245.880
2011-2017 – Simplex Autárquico	€ 267.500
2011-2017 – Médio Tejo 21	€ 25.602
2011-2015 – Aumento Capital Social – Compinena	€ 300.000
2013-2014 – Quartel da GNR – Requalificação	€ 781.599
2013-2013 – EMA – Processo de Dissolução	€ 290.993
2014-2014 – Candidaturas Médio Tejo	€ 189.417

No capítulo da Proteção Civil:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 - Quartel dos Bombeiros Municipais	€ 299.474
2010-2017 - Viaturas de Bombeiros Municipais	€ 628.787
2010-2017 - Maquinaria e Equipamento para Bombeiros Municipais	€ 51.903
2010-2017 – Equipas de Sapadores Florestais	€ 88.868
2010-2017 – Comparticipações aos Bombeiros Voluntários de Minde	€ 596.578
2011-2017 – Liga dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena	€ 526.350
2013 – 2017 DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios	€ 157.582

No capítulo do Ensino Não Superior:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2009-2017 – Refeitórios Escolares	€ 2.597.007
2010-2017 – Equipamentos Ensino Pré-Escolar	€ 42.917
2010-2017 – Escolas do 1º Ciclo Ensino Básico	€ 212.264
2010-2015 – Centro Escolar – Alcanena	€ 75.050
2010-2015 – Centro Escolar – Minde	€ 50.050
2010-2017 – Transportes Escolares	€ 1.467.920
2010-2017 – Transferência de Competências em Matéria de Educação	€ 599.827
2010-2017 – Apoio a atividades escolares	€ 55.950

No capítulo da Acção Social:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2014 – Geminações	€ 5.766
2010-2017 CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	€ 13.608
2010-2017 – Fórum dos Recursos Sociais	€ 12.285
2010-2017 – Passeios Séniores	€ 12.451
2010-2017 - Almoço Convívio Sénior	€ 71.588
2012-2017 – Férias Séniores – Praia	€ 227.507
2010-2017 – Apoio a Estudantes do ensino superior	€ 191.500
2010-2017 - Empresa de Inserção	€ 314.164
2010-2017 – Contrato de Emprego de Inserção	€ 691.633
2011-2017 – Contrato Emprego Inserção +	€ 463.979
2011-2017 – Apoio ao Associativismo Local	€ 44.318

No capítulo da Habitação:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 – Habitação Social	€ 38.049

No capítulo do Ordenamento do Território:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2002-2014 – Transferências para as Juntas de Freguesia	€ 109.012
2010-2017 – Arruamentos, Passeios e Calçetamentos	€ 21.746
2010-2017 - Planos Municipais de Ordenamento do Território	€ 126.490

2010-2014 – Planos Municipal de Promoção da Acessibilidade do Concelho de Alcanena (RAMPA)	€ 134.844
2014-2017 – Regeneração Urbana – Reabilitar Alcanena	€ 120.100

No capítulo do Saneamento:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2016 – Conclusão da Rede de Saneamento no Concelho	€ 270.100
2010-2017 – Recuperação e Prolong. das Redes de esgotos e Água Pluviais	€ 164.493
2010-2017 - Exploração da ETAR de Minde/ Mira de Aire	€ 220.081
2010-2017 - Manutenção e Controle de Etar/se Estações Elevatórias	€ 325.312
2012-2017 – Remodelação da Rede de Coletores Águas Residuais	€ 7.800.000

No capítulo do Abastecimento de Água:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 – Rede Águas no Concelho (Prolongamentos e Reabilitação)	€ 314.275

No capítulo dos Resíduos Sólidos:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 - Recolha de Res. Sólidos Urbanos – Luságua	€ 2.684.627
2010-2017 - Resitejo	€ 1.458.156

No capítulo do Ambiente e Conservação da Natureza:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2003-2015- Transferência para Juntas Freguesias	€ 245.181
2008-2015 – Centro Ciência Viva do Alviela	€ 66.695
2010-2017- Cemitérios Municipal de Alcanena	€ 116.563
2010-2017 – Espaços Verdes (Conservação e Manutenção)	€ 21.965
2010-2017 – Centro de Ciência Viva do Alviela	€ 216.259
2010-2017 – Manutenção do Canil Intermunicipal	€ 155.035
2011-2017 – Apoio ao Associativismo Local (Ambiente)	€ 25.749
2013-2014 – Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede Percursos Municipais	€ 215.218

No capítulo da Cultura e Desporto:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2006-2014 – Museu do Curtume (Fase de Construção)	€ 123.472
2010-2017 – Biblioteca Municipal (Dinamização)	€ 86.623
2010-2017 - Museu da Boneca	€ 54.377
2010-2017 - Museu da Aguarela	€ 67.068
2010-2017 - Museu do Curtume	€ 34.520
2010-2017 – Cine-Teatro S. Pedro	€ 425.506
2010-2014- ARTEMREDE	€ 59.737
2010-2017 – Apoio ao Associativismo Local (Cultura)	€ 316.144
2010-2017- Festival Internacional Folclore	€ 38.554
2010-2014- Festival Materiais Diversos	€ 110.000
2010-2017 – Jogos Florais	€ 24.949

2013-2014 – Fábrica da Cultura – Minde	€ 262.500
2013-2014 – Comemoração do Centenário da Fundação do Concelho	€ 102.900
2006-2015 – Contratos Programa com Coletividades	€ 601.788
2010-2017 – Edifícios e Equipamentos Desportivos	€ 123.827
2010-2017 – Estádio Municipal	€ 134.056
2010-2017 – Apoio ao Associativismo Local (Desporto)	€ 415.858
2010-2017 – Férias Ativas	€ 30.985
2010-2017 – Séniores Ativos	€ 18.466
2010-2017 – Atletismo	€ 24.953
2011-2017 – Passeio Cicloturístico Lisboa – Alcanena	€ 30.257
2013-2017 – Atividades Físicas e Desportivas	€ 65.622

No capítulo das Atividades Económicas:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2002-2014 – Caminhos Agrícolas e Rurais	€ 135.911
2003-2015 - Zona Industrial Minde	€ 891.423
2010-2017 – Prolongamento e Melhoria Rede Iluminação Pública	€ 26.115
2010-2016 – Parque de Desenvolvimento Económico (junto à A1)	€ 1.140.000
2010-2014 – Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena	€ 833.919

No capítulo das Acessibilidades:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2003-2016 – Variante EN 365-4/ Lig. EN243 Videla/ACN	€ 1.133.236
2003-2015 – Caminhos Municipais	€ 775.970
2007-2014 – Ligação das Freguesias à Sede de Concelho	€ 42.168
2010-2017 – Estradas, Caminhos e Arruamentos Municipais	€ 920.553
2010-2014 – Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto	€ 1.751.453

No capítulo do Turismo:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 – Promoção da Gastronomia Tradicional	€ 16.099

No capítulo das Operações da Dívida Autárquica:

Designação do Projeto/Ação	Valor
2005-2026 – Amortizações, Juros e Comissões de Empréstimos MLP	€ 24.784.744
2012-2014 – Amortização, Juros e Comissões de Empréstimo de Curto Prazo	€ 522.965

No capítulo das Transferências entre Administrações

Designação do Projeto/Ação	Valor
2010-2017 – Transferências para as Juntas de Freguesia (inclui duodécimos para Juntas de Freguesia)	€ 1.992.314
2010-2014 – Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia	€ 350.000

Nota: Os valores mencionados nas tabelas acima, não incluem os valores eventualmente pagos no período que decorre de 1 de Outubro até 31 de Dezembro de 2013. Os valores apresentados espelham os valores inscritos nas GOP, conforme é definido pelo POCAL.

2 - As Grandes Opções do Plano

Atendendo aos objetivos de desenvolvimento para o Concelho de Alcanena, bem como aos princípios consagrados no POCAL para a elaboração das GOP - Grandes Opções do Plano, o Município de Alcanena definiu para o quadriénio 2014-2017 um conjunto de intervenções que correspondem a uma despesa global de € 35.718.009.¹

GOP - Distribuição Anual do Investimento
2014-2017

2014	€ 8.995.028	25 %
2015	€ 11.185.892	31 %
2016	€ 9.172.857	26 %
2017	€ 6.364.232	18 %
TOTAL	€ 35.718.009	100%

A distribuição do investimento ao longo do período de programação considerado foi definida de acordo com a prioridade de realização dos projetos face às necessidades existentes, o pagamento de projetos iniciados e/ou realizados nos anos anteriores, as relações de complementaridade entre os projetos e respetivos impactos, bem como a disponibilidade de fontes de financiamento para a respetiva execução.

Também o valor referente a anos posteriores a 2017 apresenta um peso significativo, que resulta da previsão dos encargos com amortização e juros de empréstimos de médio e longo prazo.

¹ Inclui apenas o montante previsto para os anos 2014, 2015, 2016 e 2017

É de salientar ainda que transitam para este quadriénio várias intervenções, cujos projetos tiveram início em anos anteriores a 2014, sendo o montante já realizado nos projetos e ações inscritos nas Grandes Opções do Plano, até 1 de Outubro de 2013, no valor de € 24.354.963.

Como já foi oportunamente referido, as Grandes Opções do Plano são constituídas pelo PPI – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes.

No PPI incluem-se todas as ações de investimento efetuadas diretamente pelo Município, ao passo que nas atividades mais relevantes são incluídas ações que do ponto de vista da despesa não integram a classificação económica aquisição de bens de investimento, mas que, dada a importância que assumem para a concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada pelo Município, são incorporadas nas Grandes Opções do Plano.

Nas atividades mais relevantes estão também incluídos os projetos de investimento que, embora efetuados pelas Juntas de Freguesia, têm uma forte comparticipação financeira do Município.

Continuamos a adotar uma atitude mais rigorosa e transparente na relação com as Freguesias, com a integração nos respetivos orçamentos dos projetos assumidos por cada uma das entidades.

Dada a importância que o PPI assume no contexto das GOP, o ponto seguinte apresenta, sob a forma gráfica, a análise da distribuição do investimento e número de ações por objetivo e por órgão responsável, bem como das respetivas fontes de financiamento.

2.1 PPI - Plano Plurianual de Investimentos

Do volume total previsto nas GOP, para o quadriénio de 2014-2017, 46 % corresponde à realização de 191 ações de investimento inscritas no PPI - Plano Plurianual de Investimentos, cuja execução prevista para o ano de 2014 é de € 1.509.956,00, cerca de 9% do investimento global do PPI para o quadriénio.

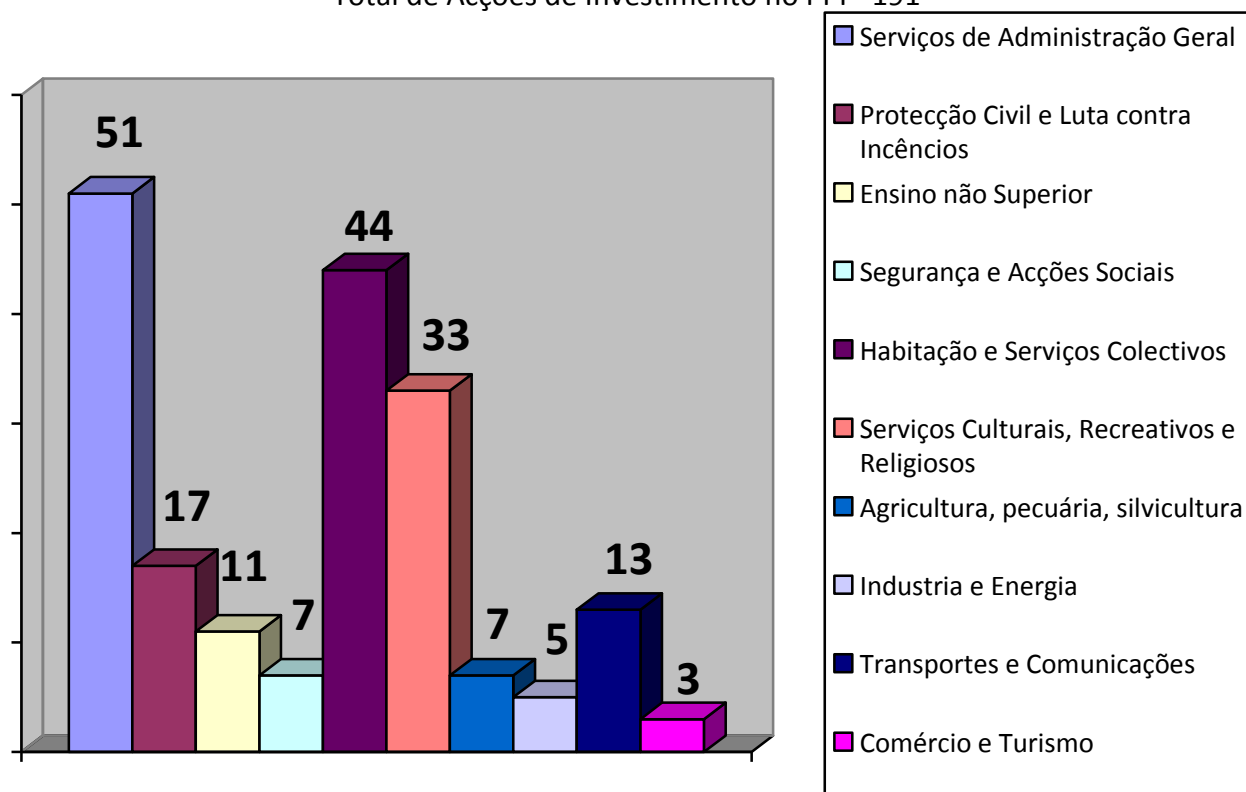
Está previsto também para 2014 a possibilidade de realização de investimento na ordem dos € 1.707.970,00, cujo financiamento ainda não está definido.

No que se refere à distribuição do número de ações de investimento e por objetivo, destaca-se de forma inequívoca o objetivo Habitação e Serviços Coletivos, onde se enquadram as intervenções associadas à habitação, urbanismo, saneamento e ambiente e o objetivo Administração Geral onde se enquadram as ações decorrentes do funcionamento dos serviços do Município.

No que respeita ao volume de investimento, com financiamento definido, o objetivo com maior investimento previsto é o objetivo relativo à Administração Geral, com 29 % do investimento total previsto para o ano de 2014.

**PPI - Distribuição do número de acções de investimento segundo
classificação funcional**

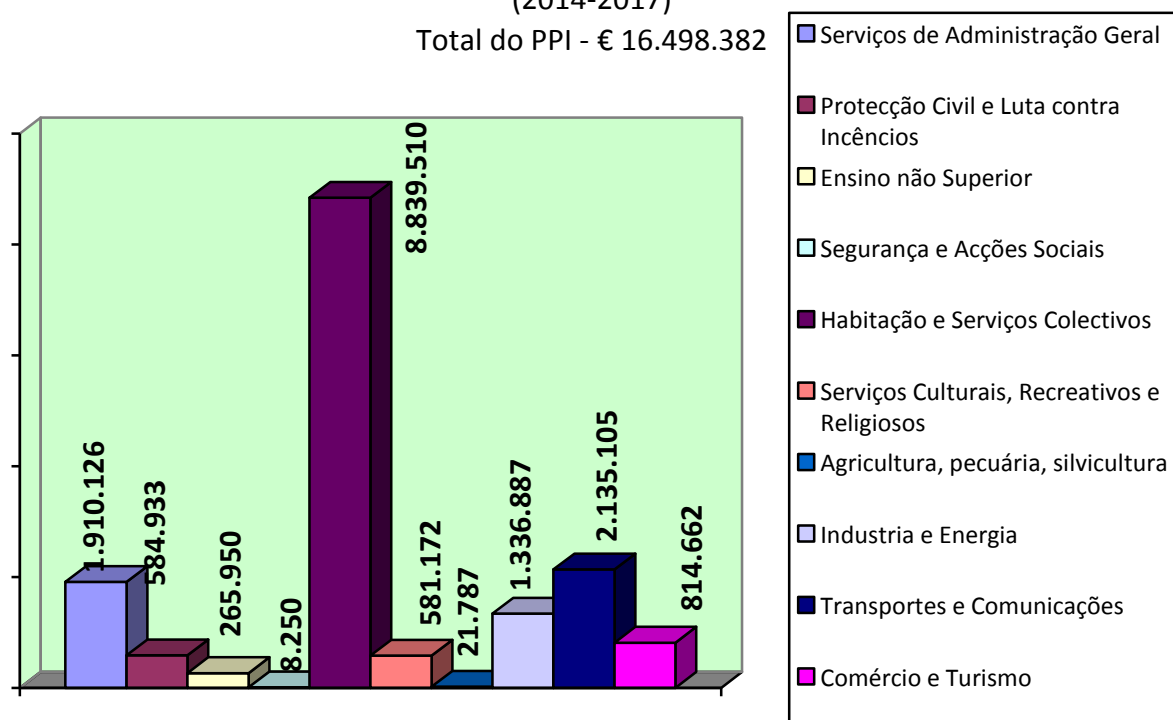
Total de Acções de Investimento no PPI - 191



É de salientar ainda o peso do número de acções associadas à Habitação e Serviços Coletivos, à Cultura e Atividades Recreativas, bem como o número de intervenções consideradas no capítulo da Protecção Civil e dos Transportes e Comunicações e da Protecção Civil, consideradas pelo Município de Alcanena, como áreas estratégicas para o processo de desenvolvimento do Concelho.

PPI - Distribuição do investimento segundo classificação funcional
(2014-2017)

Total do PPI - € 16.498.382



No que se refere à distribuição do investimento por objetivo, e considerando apenas o volume de investimento a realizar entre 2014-2017 (€ 16.498.382)², destaca-se o objetivo Habitação e Serviços Coletivos (representando cerca de 54 % do investimento a realizar a partir de 2014), seguido do objetivo Transportes e Comunicações (com 13 %), bem como o objetivo Serviços e Administração Geral, que representa cerca de 12 % do investimento a realizar.

De realçar ainda os objetivos relativos à Indústria e Energia e Comércio e Turismo, com cerca de 8% e 5%, do investimento previsto para o quadriénio, respetivamente.

² Não inclui o investimento já realizado nos anos que antecedem o quadriénio

2.2 Investimentos no ano de 2014 (Destaques)

No ano de 2014, destacam-se os seguintes investimentos, cujo financiamento se encontra definido, com a previsão de:

Designação do Projeto	Valor
Edifícios Municipais	€ 39.182
Imóveis – Casa da Cultura	€ 35.087
Edifício dos Paços do Concelho	€ 28.350
Aquisição de Autocarro (amortização)	€ 10.000
EMA – Processo de dissolução	€ 159.198
Candidaturas Médio Tejo (Equipamentos Informáticos)	€ 154.281
Viaturas dos Bombeiros Municipais	€ 28.200
Reparações em Jardins de Infância	€ 15.500
Reparações em Escolas 1º Ciclo Ensino Básico	€ 80.100
Rede de Águas do Concelho	€ 31.000
Centro de Ciência Viva – Reparações do Edifício	€ 20.811
Percorrer e Conhecer Alcanena (Rede Percursos Municipais)	€ 167.914
Museu do Curtume	€ 123.472
Fábrica da Cultura – Minde (Aquisição de Edifício)	€ 150.000
Zona Industrial Minde	€ 87.671
Caminhos Municipais	€ 32.614
Estradas e Caminhos Municipais (Conservações e Beneficiações)	€ 89.802

Beneficiação/Requalificação da EN 360 Minde –Vale Alto	€ 144.689
Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena (projeto)	€ 7.462
Total	€ 1.405.333

O valor total inscrito no PPI – Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2014, com financiamento definido é de € 1.509.956,00.

O valor global dos projetos/ações de Investimento, acima descritos, representam cerca de 93% do Investimento Total previsto realizar no ano de 2014.

3 Orçamento para o ano de 2014

3.1 Orçamento da Receita para 2014

O investimento global calculado para realizar as ações previstas nas GOP, no quadriénio de programação 2014-2017 (avaliado em € 35.718.009)³ é assegurado pelas receitas próprias do Município (50 %) e também por financiamento externo à Autarquia (que representam os outros 50 % considerando a previsão do orçamento da Receita para 2014), através de transferências da Administração Central, da Administração Autárquica e dos Fundos Comunitários, facto que assume uma importância relevante no contexto da realização das Grandes Opções do Plano, dada a dimensão física e financeira de alguns dos projetos considerados como essenciais à concretização da estratégia definida pela Câmara Municipal de Alcanena.

Como já foi referido, a execução de algumas ações inscritas nas GOP depende em grande medida do recurso a fontes de financiamento externas à Autarquia, principalmente dos Fundos Municipais transferidos pela Administração Central e outras transferências, tais como, os fundos comunitários.

O quadro seguinte ilustra a origem da receita para fazer face às despesas correntes e Investimentos a realizar em 2014.

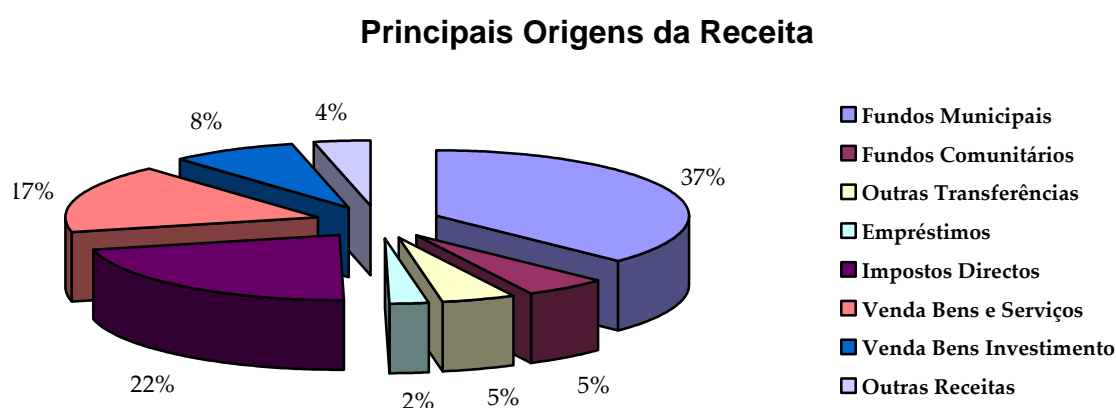
Fontes de Financiamento		
	Euros	%
Câmara Municipal	6.134.194	50
Fundos Municipais (FEF + FSM + Participação no IRS)	4.536.731	37

³ Não inclui o investimento já realizado nos anos que antecedem o quadriénio; apenas 2014-2017

Comparticipações Comunitárias	649.155	6
Outras Fontes Financiamento (Transferências + Crédito)	885.139	7
Total	12.205.229	100

Como podemos verificar, para a prossecução dos seus objetivos, o Orçamento do Município de Alcanena, depende em muito das receitas provenientes do exterior. O total de receitas do exterior - para além das legalmente consignadas - tem origem no recurso ao crédito e em outras transferências.

As receitas provenientes do exterior têm um peso previsível de 50 % no orçamento municipal para o ano de 2014, conforme acima mencionado.



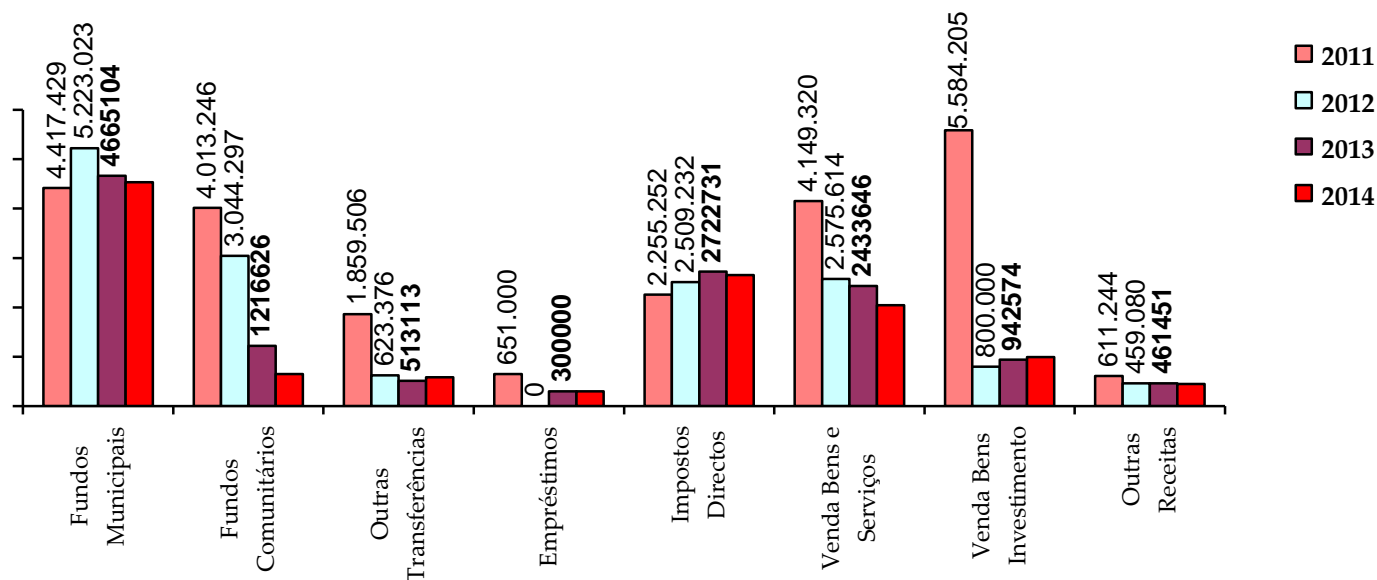
De facto, como se pode constatar no gráfico anterior, e ao analisarmos as fontes de receita mais em pormenor, o financiamento previsto para o ano de 2014 tem origem principalmente nas transferências, representando estas 47% do Orçamento do Município de Alcanena.

Os Fundos Comunitários previstos representam 5% do total das receitas previstas.

O recurso ao crédito em 2014 representa 2% do orçamento previsto para 2014, sendo relativo à contratação de empréstimo de curto prazo para dificuldades de tesouraria.

De salientar ainda que os Impostos Directos, a Venda de Bens e Serviços Correntes e a Venda de Bens de Investimento representam 47 % do valor de receita previsto.

EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA



Pela análise do gráfico anterior, podemos verificar a evolução da previsão das fontes de receita entre os anos de 2011 e 2014, sendo que, em termos totais, o orçamento de 2011 apresentava € 23.541.202, o orçamento do ano de 2012 apresentava o valor de € 15.234.622 e o orçamento do ano de 2013 apresentava o valor de € 13.255.245.

O valor total do ano em análise é de € 12.205.229.

Em termos globais, está previsto para o ano de 2014 o valor total de receitas de € 12.205.229, sendo € 9.852.809 Receitas Correntes e € 2.352.420 Receitas de Capital.

3.2 Orçamento da Despesa para 2014

De acordo com o definido no POCAL, o orçamento do Município de Alcanena apresenta-se estruturado em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As despesas previstas para o ano de 2014, apresentam o valor total de € 12.205.229, sendo € 8.131.075 de Despesas Correntes e € 4.074.154 de Despesas de Capital, repartidas da seguinte forma:

01 – Despesas com pessoal	€ 3.415.594
02 – Aquisição de Bens e Serviços	€ 3.402.333
03 – Juros e Outros Encargos	€ 360.442
04 – Transferências Correntes	€ 769.371
05 – Subsídios	€ 67.242
06 – Outras Despesas Correntes	€ 116.093
07 – Aquisição de Bens de Capital	€ 1.509.956
08 – Transferências de Capital	€ 221.374
09 – Ativos Financeiros	€ 200.000
10 - Passivos Financeiros	€ 2.142.824

4 Recursos Humanos

Em 1 de Março de 2008, entrou em vigor a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que define e regula os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

É um diploma que introduz grandes modificações para toda a administração pública, exigente em matéria de gestão de recursos humanos, pois obriga a uma maior articulação com a gestão orçamental alargando os poderes dos dirigentes.

É relativamente à gestão orçamental que nos vamos debruçar nesta introdução, pois o art.º 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, obriga-nos à planificação das atividades e dos recursos. Tendo por base a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos superiormente fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, os órgãos e serviços planeiam, aquando da preparação da proposta de orçamento, as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal.

Por sua vez, o art.º 5.º da citada Lei indica-nos os procedimentos a tomar na elaboração dos mapas de pessoal que acompanham o orçamento. A partir de 1 de Janeiro de 2009, os mapas de pessoal dos serviços abrangidos pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os aprovados pela Assembleia Municipal, aquando da aprovação da proposta de orçamento para 2009, nos termos do disposto nos art.ºs 4.º e 5.º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Os recrutamentos a efetuar no próximo ano (2014) estão condicionados à caracterização dos postos de trabalho para 2014, constantes do mapa de pessoal que vier a ser aprovado para esse ano, documento esse que acompanha o mapa de pessoal.

Face ao acima mencionado, para o próximo ano prevêem-se as seguintes despesas relacionadas com recursos humanos:

Natureza da despesa	Valor previsto
Despesas Totais com Pessoal	€ 3.415.594
Despesas de Recrutamento	€ 68.875
Alteração Obrigatória de Posicionamento Remuneratório	€ 33.000
Alteração Facultativa de Posicionamento Remuneratório	€ 0
Prémios de Desempenho	€ 0

Abaixo, figura o mapa de pessoal, com respetiva descrição funcional, bem como as Atribuições, Competências e Atividades de cada unidade orgânica, tendo em consideração o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais atualmente em vigor no Município de Alcanena – Despacho n.º 14499/2012, publicado em Diário da República, II Série – N.º 216, de 8 de novembro de 2012.

4.1 Mapa de Pessoal para 2014

4.2 - Atribuições, Competências e Atividades

5 - Mapas

Neste ponto apresentam-se, sob a forma de mapas impressos directamente de Aplicação Informática utilizada no tratamento contabilístico, as GOP - Grandes Opções do Plano, subdivididas em PPI - Plano Plurianual de Investimentos e Acções Mais Relevantes, bem como o Orçamento Municipal das Receitas e das Despesas, e os Mapas Resumo, para o ano 2014.

5.1 – GOP – Grandes Opções do Plano

5.2 - PPI – Plano Plurianual de Investimentos

5.3 - Actividades Mais Relevantes

5.4 - Orçamento da Receita e da Despesa

5.4.1 - Orçamento - Mapa RESUMO

5.4.2- Orçamento da Despesa por Orgânica

5.4.3 - Orçamento da Despesa por Económica

5.4.4 – Resumo do Orçamento por Capítulo

5.4.5 – Orçamento para 2014 (valor em GOP e Extra-GOP)